



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 567775 - SP (2020/0072178-6)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : CARLOS ALBERTO TELLES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO TELLES - SP242749  
RAYANNE MERENDA TELLES - SP339768  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ERIK CAMPOS DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : VAGNER TEIXEIRA SANTA ROSA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ERIK CAMPOS DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0001576-97.2017.8.26.0530).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 9 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.325 dias-multa, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006, em concurso material (e-STJ fls. 297/305).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para absolver o paciente em relação ao crime de associação para o tráfico e exasperar a pena-base do crime de tráfico de drogas em menor extensão, razão pela qual a sua pena definitiva foi redimensionada para 5 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, e 555 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação (e-STJ fls. 451/468). Segue a ementa do acórdão:

*Réu Erik - Defesa sustenta a necessidade de absolvição de todas as imputações, ante a fragilidade probatória, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal e, subsidiariamente, a fixação da pena base no mínimo legal. A aplicação do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas; a restituição do veículo apreendido; a substituição da pena privativa por pena restritiva de direitos e aplicação de regime prisional diverso do fechado. Réu Wagner - Defesa requer a absolvição do delito capitulado no art. 35 da Lei de drogas ante a fragilidade probatória, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal e, subsidiariamente, a fixação a pena base no mínimo legal; a aplicação do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas; o reconhecimento da atenuante prevista no art. 65, III, "d" do Código Penal; a substituição da pena privativa por pena restritiva de madireitos e, por fim, a aplicação do regime prisional diverso do fechado.*

*ABSOLVIÇÃO em relação ao crime de associação ao tráfico - Materialidade e autoria comprovadas em relação ao crime de tráfico — Prova cabal a demonstrar que os recorrentes traziam consigo a droga apreendida - Depoimentos policiais coerentes e coesos, os quais tem o condão de embasar o decreto condenatório - Pena-base redimensionada, com base nas diretrizes do artigo 59 do Código Penal e do artigo 42 da Lei 11343/06 - RECURSOS DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDOS.*

Em consulta ao Sistema Justiça, verifico que a defesa interpôs recurso especial, que não foi admitido na origem, bem como agravo em recurso especial (AREsp 1.668.526/SP), o qual não foi conhecido no âmbito desta Corte. Paralelamente, impetrou o HC 545.466/SP em favor do ora paciente.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/27), os impetrantes sustentam que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, na medida em que deixou de aplicar a causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, além de manter o regime inicial fechado. No tocante à redutora, afirmam que o paciente é primário, possui bons antecedentes e não se dedica à atividade criminosa ou integra organização criminosa, além de ter trabalho garantido e estar cursando nível superior de ensino, preenchendo, portanto, todos os requisitos necessários à concessão da benesse na fração máxima.

Quanto ao regime prisional, argumentam que o paciente ostenta bons antecedentes e que sua pena-base foi estabelecida no piso legal, além de salientar que ele se encontra preso há mais de 2 anos e 5 meses, de modo que, reconhecido o tráfico privilegiado, ele fará jus ao regime inicial aberto, nos termos dos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal, e à substituição da pena privativa de liberdade por medidas restritivas de direitos, conforme preceitua o art. 44 do CP e os julgados do STF (e-STJ, fl. 23).

Ao final, formulam pedido liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento definitivo deste *writ* e, no mérito, pedem a concessão da ordem para que o redutor de pena previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 seja aplicado na fração máxima legal, o abrandamento do regime e a substituição da pena privativa de liberdade por medidas restritivas de direitos.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação manifestada no presente *habeas corpus* tem o mesmo objeto do HC n. 545.466/SP, também impetrado em favor do paciente, oportunidade em que todas as teses ora suscitadas foram enfrentadas, inclusive com a concessão da ordem, de ofício.

Assim, trata-se de mera reiteração de insurgências já submetidas ao exame desta Corte, revelando-se incabível o presente *habeas corpus*. Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO ANTERIOR. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. Não se conhece do recurso ordinário em habeas corpus quando a questão nele levantada já foi analisada em outro mandamus, por*

*caracterizar reiteração de pedido.*

*2. No caso, deixou-se de analisar o recurso ordinário em habeas corpus, por se tratar de mera reiteração de pedido formulado no RHC n. 58.051/MT.*

*3. Agravo regimental não conhecido.*

*(AgRg no RHC 60.885/MT, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO, Sexta Turma, DJe 15/12/2015).*

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. CONDENAÇÃO. INDEFERIMENTO DO RECURSO EM LIBERDADE. PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO JÁ DEDUZIDA EM PRÉVIO WRIT. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ELEVADA QUANTIDADE DE PENA APLICADA. AUSÊNCIA DE OFENSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Tendo a tese da ilegalidade da prisão preventiva sido levantada em prévio recurso ordinário em habeas corpus interposto perante esta Corte Superior e, constatando-se que já houve o seu exame, tendo sido improvido, não merece conhecimento o writ nesse ponto, por se tratar de mera reiteração de reclamo anteriormente ajuizado.*

*[...]*

*4. Habeas corpus parcialmente conhecido, nesta extensão, denegada a ordem.*

*(HC 318.357/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 28/5/2015).*

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Traslade-se, para estes autos, cópia da decisão proferida no HC n. 545.466/SP.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator